Volume 21 Issue 38
Originally issued as G9



Global Journal of human-social science: G
Linguistics & Education
Volume 21 Issue 9 Version 1.0 Year 2021
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Youth and Adult Education and Evaluation Methodology

By Elielba Nascimento Reis
Universidade Pedagógica-Nampula

Abstract- In the present work, we analyze how the practice of learning assessment occurs in Youth and Adult Education (EJA), in order to answer the problem question, which is to what extent the assessment process contributes to the exclusion of students from Youth and Adult Education. Adults (EJA). Outlining the profile of these students and making them understand the ways that enable their exclusion/inclusion in school from the evaluation process. The method used to prepare this article includes the research of important theoretical foundations, based on authors such as Freire (1998), Hoffmann (2002), Perrenoud (1999) and Luckesi (1990).

Keywords: *EJA, learning assessment, exams, inclusion.*

GJHSS-G Classification: *FOR Code: 330108*



Strictly as per the compliance and regulations of:



© 2021. Elielba Nascimento Reis. This is a research/review paper, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-Noncommercial 3.0 Unported License http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/), permitting all non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Youth and Adult Education and Evaluation Methodology

A Educacao De Jovens E Adultos E A Metodologia Avaliativa

Elielba Nascimento Reis

Resumo- No presente trabalho, analisamos como ocorre a prática de avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o intuito de responder a questão problema que é em que medida o processo avaliativo contribui para a exclusão dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Delineando o perfil destes alunos e fazendo entender as formas que possibilitam sua exclusão/inclusão na escola a partir do processo avaliativo. O método utilizado para a elaboração desse artigo inclui a pesquisa de importantes fundamentos teóricos, tendo como base autores como Freire (1998), Hoffmann (2002), Perrenoud (1999) e Luckesi (1990).

Palavras–Chave: EJA, avaliação da aprendizagem, exames, inclusão.

Abstract- In the present work, we analyze how the practice of learning assessment occurs in Youth and Adult Education (EJA), in order to answer the problem question, which is to what extent the assessment process contributes to the exclusion of students from Youth and Adult Education. Adults (EJA). Outlining the profile of these students and making them understand the ways that enable their exclusion/inclusion in school from the evaluation process. The method used to prepare this article includes the research of important theoretical foundations, based on authors such as Freire (1998), Hoffmann (2002), Perrenoud (1999) and Luckesi (1990).

Keywords: EJA, learning assessment, exams, inclusion.

I. Introdução

O seguinte artigo apresenta como tema a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo o processo de avaliação como objeto de estudo. A questão que norteia o trabalho é: em que medida o processo avaliativo contribui para a exclusão dos alunos da EJA? O objetivo geral é analisar a forma com que a avaliação da aprendizagem se desenvolve no âmbito escolar dos alunos da EJA, e os específicos são analisar a diferença entre avaliação e exame na modalidade e destacar o papel do professor e de suas práticas avaliativas para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Author: Formada em Licenciatura em História (UFRB) com graduação Sanduíche do projeto Abdias Nascimento em parceria com a NEAB/ UFRB/CAPES na Universidade Pedagógica-Nampula. Especialização em andamento no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História e cultura Afro-Brasileira e Indígena (IFBA-Mangabeira) e Pós-Graduação em Docência com ênfase em Educação Básica (IFMG-Arcos), Mestranda em história da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (PPGMPH-UFRB). Membro do grupo de pesquisa África em Pauta.
e-mail: elielba91@gmail.com

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa apresenta caráter qualitativo, pois pretende por meio de leituras a respeito do tema, responder a indagação proposta. Sendo assim elejo este tipo de investigação, por melhor se encaixar no objetivo da pesquisa, uma vez que ela "não tem a preocupação de quantificar, mas de interpretar, compreender fatos e informações na busca de solução para o problema proposto". (ROCHA, 2008, p. 19).

O desenvolvimento da mesma se deu por meio de uma vasta revisão de literatura, pois segundo Noronha e Ferreira (2000, p.191)os trabalhos de revisão de literatura são definidos como:

> (...) estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas idéias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Na sequência foi destacado, a partir da leitura de artigos, dissertações e teses anteriores todo o material que possa contribuir para a análise e resolução do problema proposto. A escolha do tema surgiu devido a sua relevância uma vez que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) percorreu um longo caminho até ganhar o destaque que tem nos dias atuais.

Muitos são os jovens e adultos que resolvem retornar ou entrar pela primeira vez em uma escola. A maioria deles, por diversos motivos não teve a oportunidade de estudar durante sua infância e adolescência, mas diante das exigências atuais da nossa sociedade que busca a cada dia mais profissionais capacitados ou simplesmente pelo desejo de aprender a ler e a escrever eles sentem a necessidade de voltar ao ambiente escolar.

Ao retornarem para a escola esses jovens e adultos trazem consigo uma bagagem de conhecimentos e experiências, que muitas vezes não é valorizada pelo professor em sala de aula. Muitos deles esperam encontrar ou trazem a lembrança de uma escola com métodos tradicionais que:

> (...) baseia-se na exposição oral dos conteúdos, numa sequencia predeterminada e fixa, independentemente do contexto escolar; enfatiza-se a necessidade de exercícios repetidos para garantir a memorização dos conteúdos. A

© 2021 Global Journals

> função primordial da escola, nesse modelo, é transmitir conhecimentos disciplinares para a formação geral do aluno, formação esta que o levará, ao inserir-se futuramente na sociedade, a optar por uma profissão valorizada. (BRASIL, 1997, p. 39).

Sendo assim o professor é considerado o único detentor do saber, e o processo avaliativo acaba acontecendo de forma autoritária e classificatória, onde o "educador possui o poder arbitrário de classificar, em definitivo sem tribunal de apelação, um educando". (LUCKESI, 1990, p. 172).

Desta forma a avaliação pode acabar se tornando um mecanismo de exclusão uma vez que "avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros". (PERRENOUD, 1999, p. 09).

Considerando que os alunos da EJA apresentam como característica frequente a baixa autoestima, o que gera certa resistência e insegurança para enfrentar novos desafios, muitos abandonam os estudos por medo de não obter o sucesso escolar. Diante das dificuldades enfrentadas por esses alunos que lutam a cada dia pelo direito a educação, mesmo que esse lhe tenha sido negado, ou por algum motivo interrompido em certo momento da vida.

Tendo como principal base autores como Freire (1998), Hoffmann (2002), Perrenoud (1999) e Luckesi (1990), esse artigo traz uma análise de como as práticas avaliativas podem contribuir para a exclusão do aluno.

O professor da EJA deve estar preparado para lidar com alunos em diferentes níveis de aprendizagem, se preocupando em formar cidadãos ativos na sociedade, abordando temas que façam parte do seu cotidiano, respeitando sempre as necessidades individuais de cada um tendo em vista que "Todos os aprendizes estarão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a diversidade de traçados, provocando-os a prosseguir sempre". (HOFFMANN, 2002, p.68).

Paulo Freire (1998) sempre enfatizou a importância de se respeitar os conhecimentos prévios dos alunos, estimulando o senso crítico dos mesmos. A seu ver a educação não é simplesmente a transmissão de conhecimentos do educador para o educando, como se fosse um depósito, o que ele chama de educação bancária, mas sim um processo de interação entre ambos, onde todos ensinam e todos aprendem.

Essa interação permite que o educador conheça mais a fundo as competências adquiridas e as dificuldades do educando. A partir daí, o professor deve analisar a melhor decisão a ser tomada para o desenvolvimento de seu trabalho, pois: "(...) Cabe ao professor reconhecer as diferenças na capacidade de aprender dos alunos, para poder ajudá-los a superar suas dificuldades e avançar na aprendizagem." (HAYDT, 2004, p.07).

O professor deve utilizar em sua prática de ensino métodos avaliativos que não tenham como objetivo simplesmente selecionar o aluno que obteve bom resultado do que não obteve. Esse é um dos principais desafios para que o processo de avaliação da EJA deixe de ser considerado como um possível mecanismo de exclusão.

Tudo que foi posto até então, faz-nos comprovar a ideia de que a avaliação, quando se torna um mecanismo de exclusão, provoca a evasão dos alunos por meio das reprovações. Dessa forma nesse primeiro momento, faremos um passeio pelo panorama histórico da EJA, em seguida, distinguiremos as principais características do exame e da avaliação e por fimos teóricos abordados e as considerações finais que demonstram a visão geral de tudo que foi abordado.

II. Avaliação da Aprendizagem e EJA: Contextos e Conceitos

O processo de avaliação sempre foi alvo de discussões de muitos autores, devido a seu importante papel dentro do processo de ensino aprendizagem. Entretanto este termo não esta associado apenas ao ambiente escolar, existe diversos tipos de avaliação e ela está presente em vários momentos do nosso cotidiano, "seja através das reflexões informais que orientam as frequentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões." (DALBEN, 2005, p. 66).

Sempre que realizamos alguma atividade ou estamos diante de alguém estamos avaliando e sendo avaliados. A avaliação está tão intrínseca nas nossas ações que às vezes nem percebemos que ela está acontecendo. Todavia quando nos referimos à avaliação escolar, sentimentos como ansiedade, nervosismo e medo passam a surgir antes, durante e após o momento avaliativo. Esse é um ponto chave para se compreender a concepção de avaliação que vem sendo utilizada nas escolas.

Na EJA o processo de avaliação também é visto como um momento tenso, o que pode ser um agravante para o sentimento de exclusão causado pela baixa autoestima que muitos desses alunos apresentam em seu perfil. O sentimento de inferioridade com relação aos alunos que não tiveram a educação interrompida no ensino regular e o insucesso no processo de aprendizagem faz com que muitos vejam a escola como um local de experiência negativa.

Diante das especificidades da EJA, fica evidente a importância da adequação da prática avaliativa, para que esta respeite e atenda as necessidades de cada aluno. A escola precisa estar

© 2021 Global Journals

preparada para acolher e estimular estes educandos, Libâneo (2003, p.53) afirma que:

> A escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo.

As instituições de ensino devem oferecer aos seus alunos, um ensino de qualidade em um ambiente agradável e acolhedor, deixando de lado toda e qualquer forma de exclusão. Para compreendermos melhor o desenvolvimento do processo avaliativo na EJA, vamos ampliar as nossas discussões, a respeito do tema conhecendo um pouco melhor este segmento.

a) Caracterizando a EJA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma modalidade da educação básica. O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei 9394/96) e é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio em sua idade regular e querem voltar a estudar.

Porém, esta conquista legal foi fruto de muitos anos de lutas e experiências. A EJA passou por um longo percurso histórico até ganhar a projeção que tem atualmente, uma vez que esta modalidade de ensino sempre foi tratada pelas políticas educacionais de forma secundária e sem muitos investimentos.

Durante o Período Colonial já se encontravam vestígios da EJA, quando os padres jesuítas catequizavam adultos e adolescentes tanto nativos quanto colonizadores. Com o objetivo de transmitir conhecimentos científicos e escolares, juntamente com a propagação da fé cristã. Contudo, somente na década de 1940, a EJA passa a ganhar maior destaque no cenário nacional, isto porque em 1945, com a aprovação do Decreto nº19. 513 de 25 de agosto de 1945, a Educação de Adultos torna-se oficial.

Em 1947, estrutura-se a primeira grande campanha contra o analfabetismo adulto no Brasil, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), lançada pelo governo Federal. A partir daí, entre as décadas de 50 e 60, novos projetos e campanhas foram lançadas com o intuito de alfabetizar jovens e adultos.

Dentre as campanhas difundidas, temos o Movimento de Educação de Base (MEB), os Centros Populares de Cultura (CPC), e o Movimento de Cultura Popular (MCP). Outro ponto de destaque, desse período, trata-se da experiência de Paulo Freire, que lança uma severa crítica ao modelo tradicional de educação e sistematiza uma nova forma de alfabetizar.

Freire ficou conhecido mundialmente por desenvolver um método que ia além das famosas cartilhas, que em sua maioria não despertava o interesse dos jovens e adultos. Essas cartilhas apresentavam conteúdos completamente desvinculados da realidade dos alunos e atividades repetitivas com respostas prontas, o que não exigia a reflexão sobre o assunto. Para Freire (1959), a educação deveria ser comprometida com o desenvolvimento e a formação da consciência crítica dos alunos, pois:

> Não será, porém, com essa escola desvinculada da vida, centrada na palavra, em que é altamente rica, mas na palavra 'milagrosamente' esvaziada da realidade que deveria representar, pobre de atividade sem que o educando ganhe experiência do fazer, que daremos ao brasileiro ou desenvolveremos nele a criticidade de sua consciência, indispensável à nossa democratização (Freire, 1959, p. 102).

Freire utilizou uma metodologia analítica que parte da realidade do educando e enfatizou a importância de um material didático que apresente traços de identidade com a comunidade. Rocha (2005, p.61) reafirma esta ideia quando diz:

> A aprendizagem é um ato de reconstrução interna, pelo sujeito, de aspectos da realidade externa e interna, com os quais se encontra em interação. Essa reconstrução interna se dá através da interação do sujeito com a realidade material e social que o cerca e, nesta medida, a aprendizagem depende do outro.

Devido ao seu sucesso, Freire é convidado a elaborar o Plano Nacional de Alfabetização, em 1963, porém, com o Golpe Militar de 64, todas as ações criadas foram paralisadas.

Diante desses acontecimentos, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Trata-se de um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei n° 5.379, de 15 de Dezembro de 1967, instituído e mantido pelo regime militar, apresentava como um dos seus slogans a seguinte frase: "você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável". (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 270).

Este projeto tinha como objetivo proporcionar alfabetização e letramento a pessoas acima da idade escolar convencional, contudo havia uma uniformização do material utilizado em todo território nacional, não traduzindo assim a linguagem e as necessidades do povo de cada região.

Em 1985, o MOBRAL perde sua força e é extinto, sendo substituído pela Fundação Educar. Diante destes aspectos históricos apresentados, a EJA passa a ganhar destaque na educação e algumas conquistas são alcançadas, exemplos disso são o da Constituição de 1988, em seu artigo 208, que garante a gratuidade para o ensino fundamental, inclusive para a EJA:

> "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: *I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos*

© 2021 Global Journals

os que a ele não tiveram acesso na idade própria;" (BRASIL, 1988).

Outra conquista é da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, que passa a contemplar as várias modalidades de Educação de Jovens e Adultos e uma melhor adequação às novas exigências sociais que almeja uma educação que se preocupe com a formação de cidadãos críticos e aptos a participar das decisões da nossa sociedade.

Atualmente, por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), instituído em 2003, o Ministério da Educação repassa os recursos financeiros para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Isto representa um significativo avanço para a EJA, no entanto, sabemos que apesar de algumas garantias ainda há muito a se conquistar para que a educação oferecida a esses jovens e adultos tenha o reconhecimento merecido.

Quanto ao perfil desses alunos alguns questionamentos são feitos: Quem é esse indivíduo que está na Educação de Jovens e Adultos? Quais foram os motivos que o levou até ali? O que o impediu de prosseguir nos estudos em sua idade regular? Quais são as suas pretensões, os seus objetivos?

Segundo Soares (2005, p.23) "Por décadas, o olhar escolar os enxergou apenas em suas trajetórias escolares truncadas: evadidos, reprovados, defasados, alunos com problemas de frequência, de aprendizagem (...)". Contudo sabemos que a diversidade cultural encontrada nas salas da EJA é bastante ampla, desta forma conhecer e valorizar a mesma é a mola propulsora para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A maioria dos homens e das mulheres, dos jovens, dos adultos e dos idosos, que frequentam a EJA são pessoas com baixo poder aquisitivo e que na maioria dos casos, possuem nível de escolaridade inferior a de seus pais,Oliveira (1999, p. 59) deixa claro essa afirmação quando diz que:

> O adulto no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que freqüenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, língua estrangeira ou música, por exemplo. Ele geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles provenientes de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de intuito escolar (muito freqüentemente analfabetos) ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiências no trabalho rural não qualificada, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries (...)

Esses alunos apresentam como principal dificuldade a situação econômica, sendo assim muitos pararam de estudar porque tiveram que trabalhar ou porque não possuíam escolas em sua região e o acesso a escolas mais distantes era inviável.

É comum também nos depararmos com uma grande quantidade de mulheres na sala de aula, quase sempre representando a maioria da turma, dentre os motivos que explicam essa questão temos, o preconceito dos pais que acreditavam que suas filhas deveriam aprender exclusivamente a cuidar dos afazeres domésticos, ou ao fato de se casarem muito jovem, sendo obrigadas a interromper a educação para cuidar da família segundo Dilvo Ristoff[1].

Martins (2010, p.87) destaca que "na alfabetização de jovens e adultos, há diferentes perfis de alunos. Existem os aposentados com tempo livre, os adolescentes que trabalham durante todo o dia, profissionais que fazem bicos etc." A respeito desse perfil, Moll (2004, p.11) esclarece-nos mais profundamente ao dizer que:

> Nesse sentido, quando falamos "em adultos em processo de alfabetização" no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que as afastavam da escola como de que "mulher não precisa aprender" ou "saber os rudimentos da escrita já é suficiente", ou ainda, pela seletividade construída internamente na rede escolar que produz ainda hoje itinerários descontínuos de aprendizagens formais. Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações limite nas quais os tempos de infância foi, via de regra, tempo de trabalho e de sustento das famílias.

Todas as dificuldades enfrentadas por esses alunos colaboram para o fortalecimento da sua baixa autoestima, que na maioria das vezes está vinculada ao fracasso escolar, o sentimento de exclusão e a repetência. Todos esses fatores contribuem para a desvalorização pessoal dos mesmos, contudo a depender da relação que é estabelecida entre o educando o educador e todo o ambiente escolar, essa autoestima pode ser elevada, e o sentimento de fracasso passa a ser substituído pelo desejo de buscar novos desafios.

Segundo o parecer CNE/ CEB 15/98, grande parte destes alunos tem a necessidade de voltar à escola para se sentirem incluídos na sociedade, almejam uma ascensão profissional ou estão em busca de seu primeiro emprego; são pessoas que não possuem outras formas de acesso à cultura letrada; operários "forçados" pelas empresas a concluírem os seus estudos, sob pena de perder o emprego se descumprir as ordens; alunos reprovados por muitos anos e que se afastaram da escola por um longo período de tempo.

[1] RISTOFF, Dilvo. A trajetória da mulher na educação brasileira. Jornal de S.Paulo. Disponível: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868

© 2021 Global Journals

Diante desta pequena análise a respeito do breve histórico da EJA e do perfil desses alunos é possível notar que, este segmento precisa de uma atenção especial devido a grande diversidade encontrada em sala de aula. No que diz respeito à avaliação não é diferente, o educador precisa estar atento para não utiliza-lá como mais uma ferramenta de exclusão desses alunos. A seguir faremos uma pequena análise de como ocorre o desenvolvimento do processo avaliativo na EJA.

b) A Avaliação da Aprendizagem na EJA.

Muitas são as discussões a respeito da importância da avaliação dentro do processo de ensino e aprendizagem, este tema passou por um longo processo histórico-educacional até chegar ao seu perfil atual.

Ao contrário do que se pensa, o termo avaliação nem sempre esteve relacionado ao o ambiente escolar, inicialmente utilizava-se o termo "exame" para caracterizar o processo avaliativo. De acordo com Luckesi (2009, p.16):

> A tradição dos exames escolares, que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzidas pelos padres jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do século XVII).

Para o autor o exame ganhou uma dimensão tão ampla nos processos de ensino que a prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma pedagogia do exame, que apresenta um caráter autoritário e excludente. Sendo assim, o nosso processo de avaliação não deve estar pautado em uma pedagogia que apresente um caráter classificatório, pois "a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios" (Luckesi, 2009, p. 47).

Para Foucault (2007) o exame é utilizado por alguns professores como uma forma de validar o poder que ele tem de aprovar ou não um educando. Segundo o autor.

> o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. (FOUCAULT, 2007, p. 154)

Contudo o ato de avaliar é muito mais abrangente, ele não se resume apenas em aplicar um exame. Libâneo (1991, p196) define avaliação.

> "como uma componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, a determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes".

Para Hoffmann (2001, p. 12), "avaliar é, ao mesmo tempo, ampliar as oportunidades de aprender do aluno e manter uma postura de abertura permanente às possibilidades reais de cada educando".

Logo ela deve beneficiar o desenvolvimento das capacidades do aluno que por algum motivo ainda não foram alcançadas. Deixando de lado seu caráter de rotular educandos que apresentam um resultado satisfatório, e os que apresentaram resultados insatisfatórios.

Avaliar não é uma tarefa simples, muitos entendem que este processo ocorre apenas com a aplicação de uma prova ou teste, e essa visão ultrapassada ainda é bastante veiculada no âmbito educacional. Contudo sabemos que sua função vai muito além de selecionar alunos, é por meio dela que vamos refletir e propor soluções a respeito do processo de desenvolvimento do nosso educando. Com relação ao papel da avaliação Haydt, afirma que:

> Antes, ela tinha um caráter seletivo, uma vez que era vista apenas como uma forma de classificar e promover o aluno de uma série pra outra ou de um grau para outro. Atualmente, a avaliação assume novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem estão sendo atingidos (Haydt, 1988, p.14).

No decorrer da história muitos passaram a se equivocar quanto aos conceitos de se avaliar e examinar, uma vez que toda e qualquer atividade que tivesse como objetivo analisar o desempenho do aluno passou a ser chamada de avaliação. Santos (1978, p.20) afirma que:

> (...) a confusão não é meramente terminológica. Representa posicionamentos diferentes frente ao ato educativo (...). Alguns se ligam a determinada doutrinas pedagógicas e falam mensuração da aprendizagem, outros se ligam a outras doutrinas e falam avaliação educacional.

Para muitos a palavra avaliação sempre esteve associada a momentos de tensão e medo, ligados a classificação e julgamentos. No que concerne à EJA, essa concepção não é muito diferente. Muitos alunos que resolvem retornar aos estudos, após uma longa interrupção, trazem consigo a lembrança de uma avaliação autoritária e classificatória.

Mas essa ideia vem de longa data, desde o período dos jesuítas (século XVI) que apresentava a disciplina como base da educação, tendo comoobjetivo formar um educando obediente aos mandamentos e a autoridade da igreja católica.Luckesi (2009) afirma que as provas e os exames tinham uma atenção especial nesse período, que ia da constituição das bancas examinadoras até a divulgação pública dos resultados.

Comênio, grande filósofo e educador do século XVII, também acreditava que, o medo pode contribuir

© 2021 Global Journals

para o melhor desempenho dos alunos, de acordo com Luckesi (2009, p. 22) "Comênio diz que o medo é um excelente fator para manter a atenção dos alunos. O professor pode e deve usar esse 'excelente' meio para manter o alunos atentos as atividades escolares."

Contudo é a partir do século XVIII, que a avaliação assume uma forma mais estruturada, quando surgem as primeiras escolas modernas. Em 1934 surge o termo "avaliação educacional", proposto primeiramente por Tyler, que acreditava que antes de se avaliar era preciso estipular os objetivos que deveriam ser alcançados pelos educandos (LANNES, 2007).

Atualmente, a avaliação consolida-se com base na lei n° 9394/96 que define e regulariza o sistema de educação brasileiro, baseado no princípio do direito universal à educação para todos, em seu Art. 24, inciso V que trata da verificação do rendimento escolar ela chama atenção para os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

O que deixa claro o verdadeiro papel da avaliação, destacando a importância dos aspectos qualitativos fazendo com que estes superem os quantitativos, uma vez que na concepção qualitativa "Há uma preocupação em compreender o significado de produtos complexos a curto elongo prazo, explícitos e ocultos, o que requer uma mudança de orientação, uma troca de pólo: da ênfase nos produtos à ênfase no processo". (SAUL, 1988, p. 46).

Ou seja, o resultado final, ou mais precisamente a nota deixa de ser o principal foco do processo avaliativo, e todo o processo passa a ser levado em consideração, aumentando assim as possibilidades de ação do professor.

Tanto na EJA, quanto para a educação em geral a avaliação deve acontecer simplesmente como mais um momento do processo de aprendizagem e não como o principal, ela não deve ser utilizada como um instrumento de punição nem cobrança. Oliveira (2008, p.77) ressalta que:

> [...] A esses sujeitos, independentemente da consideração das deficiências e dificuldades de aprendizagem, por longo tempo, e ainda hoje, não obstante os avanços no campo da EJA, empiricamente, temos nos defrontado no âmbito de vários sistemas, quando não com o descaso, com uma oferta de educação que desconsidera as potencialidades dos sujeitos, fomentando uma cidadania pela metade, o fracasso e exclusão escolar. Uma educação em que, resguardadas as dimensões da afetividade e subjetividade envolvidas no processo de alfabetização, os próprios sujeitos parecem que naturalizam e se dá por satisfeitos com o aprender a escrita do seu nome e com o acesso a rudimentos da leitura e da escrita.

É de fundamental importância que o professor leve em consideração as especificidades desses jovens e adultos que trazem consigo uma bagagem de informações a respeito de seu modo de ver e compreender o mundo e estes não pode ser desconsiderado. É necessário também o incentivo por parte do educador pela busca de novos conhecimentos, não permitido que o educando se sinta desmotivado ou satisfeito com o conteúdo básico. Soares (2005, p. 21) ressalta também que:

> A visão reducionista com que, por décadas, foram olhados os alunos da EJA- trajetórias escolares truncadas, incompletas- precisará ser superada diante do protagonismo social e cultural desses tempos da vida. As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas da juventude.

Um novo olhar é essencial para o desenvolvimento e valorização deste segmento, essa visão ultrapassada e reducionista do perfil da EJA deve ser superada, bem como a concepção de avaliação autoritária e excludente que muitos educadores praticam em sala de aula, como se esta fosse uma forma de legitimar o seu poder. Só assim notaremos mudanças concretas quanto às ações educacionais voltadas para esses alunos.

Com base na discussão realizada a respeito do processo avaliativo na EJA, é possível perceber que muitos educadores fazem exames acreditando que "estão" realizando uma avaliação, não se dando conta das diferenças existentes entre esses procedimentos.

III. Considerações Finais

Um dos grandes desafios que se apresenta na escola refere-se ao como avaliar a aprendizagem do aluno. O que geralmente vem ocorrendo é a persistência de uma avaliação classificatória e excludente, isto acarreta a desistência escolar, principalmente na EJA, que apresentam maiores dificuldades para permanecer na escola, devido a fatores cognitivos, a baixa alta estima e as questões socioeconômicas.

Em muitos casos, esses alunos não desistem pelo cansaço de uma longa jornada de trabalho, mas pelo cansaço de rever práticas de avaliação classificatórias em sua longa jornada de vida. É comum nos depararmos com jovens e adultos que chegam às escolas exaustos após enfrentarem uma dura e longa jornada de trabalho, com a esperança de adquirir conhecimento para conseguir melhorar de vida.

© 2021 Global Journals

Mas apesar de toda essa força de vontade de alguns, ao se depararem com uma educação que se resume em decorar conteúdos e responder questionários automáticos, onde a avaliação é o centro das atenções e as notas, a única coisa levada em consideração para se avaliar o desenvolvimento da aprendizagem sente-se desmotivados e acabam se afastando do ambiente escolar.

O professor precisa rever sua prática, conhecer e respeitar as especificidades desses alunos, valorizando seus conhecimentos prévios. Ele deve proporcionar ao aluno uma avaliação reflexiva que lhes permitam fazer a relação dos conhecimentos adquiridos na escola com a o seu cotidiano, planejando intervenções sempre que os bons resultados não forem alcançados, contribuindo assim para o avanço do estudante.

O ato de aprender exige perseverança, e é tarefa do professor criar mecanismos que possibilite não só a transmissão dos conhecimentos programáticos, mas a superação dos mesmos, num longo percurso de aprender e desaprender, desconstruir para reconstruir saberes.

References Références Referencias

1. ABNT. *NBR*14724: Informação e documentação-projeto de pesquisa-apresentação. Rio de Janeiro, 30.01.2006,6p.
2. AZEVEDO, M. A. Para a construção de uma teoria em Alfabetização. São Paulo; Cortez, 1994.
3. BRASIL. *Constituição:* 1988: texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
4. _____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). Parecer CEB11/2000 – *Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf.> Acesso em: 31 out. 2012.
5. _____. Lei nº 9 394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Brasília, DF, 1996.
6. _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Alunas e alunos da EJA.* Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.
7. _____. Ministério da Educação. *Alunas e alunos da EJA.* Trabalhando com a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 2006.
8. _____. Presidência da Republica. *Lei n° 9394/1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Brasília, 1996.
9. *Breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil.* Disponível em:<http://>pt.scribd.com/doc/52292103/4/Breve-historico-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-Brasil>. Acesso em: 20 de Out. de 2012.
10. CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB fácil:* crítico-compreensiva. Artigo a artigo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
11. COSTA, Telma et.al. *Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos:* Rede Municipal de Ensino de Salvador. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.
12. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* história da violência nas prisões.Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
13. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
14. _____. *Educação e atualidade brasileira.* Tese de concurso para cadeira de história e filosofia da educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.
15. _____. *Pedagogia da Autonomia:* saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
16. FRIEDRICH, Márcia. MORAIS, Ruth. *Pesquisa sobre a avaliação da aprendizagem escolar.* Disponível em: http://www.ceped.ueg.br/anais/Iledipe/pdfs/pesquisa_sobre_a_avaliacao.pdf. Acesso em 12 de Abr. 2013.
17. HAYDT, R. C. C. *Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem.* São Paulo: Ática, 1988.
18. HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação:* mito e desafio: uma perspectiva construtiva. Porto Alegre: Mediação, 2010.
19. LAKATOS, Eva. MARCONI, Marina. *Fundamentos e Metodologia Cientifica.* São Paulo; Atlas, 2010.
20. LIBÂNEO, José Carlos. *Didática.* São Paulo: Cortez, 1994.
21. _____. *A Prática Pedagógica de Professores da Escola Pública.* Dissertação (Mestrado), São Paulo. 1985.
22. _____. *Educação escolar:* políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2003.
23. LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar:* estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2009.
24. _____. *Avaliação da aprendizagem na escola*: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador, Malabares Comunicação e Eventos, 2005.
25. NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.). Fontes de informação

© 2021 Global Journals

para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte; UFMG, 2000.
26. OLIVEIRA, C. E. *Educação de jovens e adultos com necessidades especiais:* rastreando alguns apontamentos para reflexão. In: XI SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃOINCLUSIVA, 11, 2008. Vitória.
27. OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Jovense adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.* Revista Brasileira de Educação, v. 12, 1999.
28. PICONEZ, S. C.B. *Educação escolar de jovens e adultos.* 5º ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.
29. ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *A interação na sala de aula:* gruposáulicos**.** Porto Alegre; GEEMPA, 2005.
30. ROCHA, Nivea. LEAL, Raimundo. BOA VENTURA, Edvaldo. *Metodologias Qualitativas de Pesquisa.* Salvador; Fast Design, 2008.
31. SANTOS, W. dos. *Mensuração e avaliação:* significado, funções e diretrizes. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 1978.
32. SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória:* desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1988.
33. SILVA, Marcos. Reinventar a sala de aula na Cibercultura. *Revista pedagógica Pátio.* Porto Alegre: Artmed. Ano VIII, n. 31, mai. / jul. 2003.
34. SOARES, Leôncio et. al. *Diálogos na educação de jovens e adultos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

© 2021 Global Journals